

Autor:

José Manuel Vieira dos Santos

Título:

A Capela de S. Jorge – um monumento nacional integrado num espaço militar como exemplo da política de cooperação para a salvaguarda do Património

Resumo:

Sendo uma incumbência da Direcção de Documentação e História Militar (DDHM) orientar e zelar pela conservação do património histórico militar afecto ao Exército; incentivar, coordenar e executar a investigação e a recolha de elementos susceptíveis de enriquecer o património militar, além de ser o órgão tecnicamente responsável pela divulgação, planificação, promoção e controle da execução, através da análise e processamento de informação especializada de carácter histórico militar, ao mesmo tempo que procura a cooperação com as várias instituições publicas com responsabilidades na área, através da celebração de protocolos, para a salvaguarda do Património Nacional.

Neste âmbito procurou-se divulgar algumas das áreas onde a DDHM tem tido uma intervenção activa, salientando-se a acção dos Museus Militares junto da população nacional e o papel que esses museus têm tido na preservação e conservação de edifícios que pelas suas características, se não tivessem esta função estariam possivelmente ao abandono como é o caso dos muitos Monumentos Nacionais que vemos no nosso dia-a-dia, apesar de ser opinião de alguns autores que certos edifícios por estarem em ruínas, devem permanecer ruínas, o que julgo não ser uma forma correcta de encarar o problema, pois não concordo que se deixe degradar edifícios com uma história tão relevante na História Nacional, como o Convento de S. Francisco de Santarém, o Convento de Nossa Senhora das Virtudes, o Convento do Carmo (de entre outros) e se altere de forma significativa outros edifícios, sem o mínimo cuidado (por não se enquadrar no tema sito apenas o caso do Castelo de Pinhel).

Importa dar a conhecer à Comunidade Científica que a Instituição Militar (que neste momento ainda ocupa monumentos de grande relevância Nacional como por exemplo, parte do Convento de Mafra; o Convento da Trindade, em Santarém; o Edifício do Coleginho, Lisboa; o Forte de S. Lourenço, no Funchal; o Forte de S. Brás, nos Açores; o Edifício da Pide, no Porto; o Palácio de S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa, o Castelo de Bragança; o Forte da Graça, Elvas e muitos mais), tem procurado conservar, preservar e manter em perfeito estado de funcionalidade (por vezes sem o devido conceito de conservação e preservação, por até à bem pouco tempo não dispor de pessoal especializado para o fazer) todos os edifícios à sua guarda, contrariando um pouco a ideia deixada por Almeida Garrett, na sua obra “Viagens na Minha Terra”, onde deixou uma ideia pouco lisonjeira da intervenção militar no Convento de S. Francisco, de Santarém, referindo ao tema da seguinte forma: “...da bela igreja gótica fizeram uma arrecadação militar; andou a mão destruidora do soldado quebrando e abolando esses monumentos precisos riscando com a baioneta com o verniz mais polido e mais respeitado desses jazigos antiquíssimos; os labores mais delicados esmoucou-os, degradou-os. Levantaram as lajes dos sepulcros e, ao som da corneta militar, acordaram os mortos de séculos, cuidando ouvir a trombeta final...”. Como atrás foi referido, a intervenção militar em alguns edifícios não foi a mais correcta, mas serviu para os manter em perfeito estado de conservação e ainda hoje se encontram disponíveis para que todos os possamos ver, ao contrário deste mesmo monumento que foi referido por Almeida Garrett, que está em ruínas e não se vê qualquer alternativa credível para que o mesmo seja recuperado. Ao invés o Convento da Trindade, que juntamente com o Convento de S. Francisco tinha ficado sob a dependência do Exército, está devidamente conservado, assim como parte de uma ala do convento de S. Francisco que se manteve na dependência da Escola Prática de Cavalaria (EPC).

Não querendo deixar uma ideia de que avocamos para o Exército o papel de cumpridor de normas de preservação, conservação e restauro de todos os Monumentos à sua guarda e que se não tivéssemos ocupados esses monumentos os mesmos teriam ruído, também não queremos ser acusados de ter descaracterizado os edifícios que ocupamos e que neste momento o Exército, através da sua Direcção de Documentação e História Militar, (em conjunto com os órgãos na sua dependência), procura dignificar os espaços que ocupa, através de protocolos com algumas instituições de relevo na preservação dos Monumentos Nacionais, como por exemplo a colaboração com o Instituto Português de Património Arquitectónico (IPPAR) e com a Rede Portuguesa de Museus (RPM), assim como o protocolo com a Câmara de Cascais, para a criação do Museu de Artilharia da Parede; o protocolo com a Câmara Municipal de Elvas, para a criação do Museu Militar de Elvas; a colaboração com as Câmaras Municipais que detêm nos seus Concelhos redutos das Fortificações das Linhas de Torres e o protocolo com a Fundação Batalha de Aljubarrota, que ficará com o Museu Militar e Campo Militar de S. Jorge, além de outros que pelo carácter extenso que poderia levar ao texto não serão referidos.

Esta apresentação incidirá mais concretamente sobre a Capela de S. Jorge, mas serão ainda focados alguns aspectos mais importantes dos Museus Militares do Exército e do edifício onde neste momento se encontra instalada a DDHM, a Comissão de Estudo das Campanhas em África (CECA) e a Chefia de Assistência Religiosa do Exército (CARE).